



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

**SENTENÇA**

Processo nº: **0006773-95.2012.8.26.0566**  
Classe – Assunto: **Procedimento Ordinário - Espécies de Contratos**  
Requerente: **White Martins Gases Industriais Ltda**  
Requerido: **Krow Lares Componentes de Metal Ltda Me**

Proc. 836/12  
4ª. Vara Cível

Vistos, etc.

Conheço dos embargos de declaração interpostos pela ré a fls. 553/555, contra a sentença de fls. 541/550, mas não lhes dou provimento quanto ao mérito, posto que não restaram verificadas, in casu, quaisquer das hipóteses previstas no art. 535 e seus incisos, do CPC.

De fato, analisando-se a decisão, nela não se verifica qualquer obscuridade ou contradição.

Tampouco foi omitido ponto sobre o qual este Juízo deveria ter se pronunciado.

Não pode passar sem observação que o livre convencimento do



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

Juiz é princípio inseparável da própria atividade judicante, que há de ser muito mais informada pela ética do que pela estética. Deve ele ser extraído dos fatos e circunstâncias constantes dos autos, mesmo quando não alegados pelas partes.

É certo que ao assim dispor não se está pretendendo afinar livre convencimento, com simples e mero arbítrio; posto que a convicção resultante da pesquisa e do exame detalhado dos autos, há de vir suficientemente motivada.

Pois bem.

Como se vê da decisão ora embargada, a questão da notificação referida pela embargante e as cobranças de diferenças, foram analisadas e rejeitadas implicitamente.

De fato, a fls. 544/545, este Juízo observou que a cláusula quinta do contrato firmado entre as partes, obrigou a suplicada a um consumo mensal mínimo.

Anotou, ainda, este Juízo, que “... a cláusula que prevê a obrigação de consumo mínimo não pode ser tida como irregular ou abusiva.

*Com efeito, a estipulação na forma como efetuada in casu, é comum em situações da espécie.*

*Ademais, em sendo a ré uma sociedade empresária, e, portanto, afeita à vida negocial, não poderia desconhecer as consequências da contratação a que se propôs realizar.*

*Logo, afigura-se incrível, ex vi do que dispõe o art. 335, do CPC, que ao celebrar o contrato não tenha tomado ciência e avaliado as consequências das cláusulas estabelecidas.*

*Se não o fez, certamente agiu com incúria, posto que seus representantes são pessoas perfeitamente capazes.*

*Ciente, pois, de tais dados, forçoso convir que somente contratou porque convinha a seus interesses, independentemente, do contrato ser ou não de adesão.*

*Outrossim, caso não estivesse de acordo com os critérios e cobranças utilizados pela suplicante, deveria ter se manifestado na ocasião da contratação e não em sede de ação de cobrança, quando já se beneficiou do produto a ela*



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

fornecido.

*Importante observar que a fixação da obrigação de consumo mínimo, foi realizada para dar segurança às partes.*

*Destarte, tendo a ré livremente contratado, não tem como deixar de atender às estipulações a que se obrigou.*

*A alegação de por diversas vezes tentou sem êxito adequar o contrato às quantidades efetivamente utilizadas de gases, não tem fomento jurídico.*

*De fato, deveria a ré, vendo que a autora não se dispunha a adequar o contrato, ajuizar ação revisional de contrato, o que não aconteceu, pelo que veio aos autos. “*

Destarte, mais não precisa ser dito para que se conclua que as matérias referidas pela embargante a fls. 553/555, foram analisadas e rejeitadas.

Em verdade, a embargante pretendeu, com o oferecimento dos embargos, modificação da sentença e não sua declaração, o que configura ajuizamento não de embargos de declaração, mas sim, infringentes, situação inadmissível, até porque, não prevista em lei.

Com tais considerações e o mais que dos autos consta, **julgo improcedentes os embargos de declaração mantendo decisão tal como está lançada.**

P. R. I. C.

SÃO CARLOS, 29 de outubro de 2013.

**THEMÍSTOCLES BARBOSA FERREIRA NETO**  
**JUIZ DE DIREITO**